

Pregão Eletrônico**■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

RECURSO ADMINISTRATIVO
Pregão Eletrônico nº 29/2019
Processo Administrativo nº 23282.504655/2019-57

J R ALACRINO ROCHA MENEZES, empresa individual, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.103.521/0001-03, com sede na Avenida José Leon, nº. 2426, Parque Manibura, CEP: 60.821-473, na cidade de Fortaleza/CE, vem, por seu representante legal que ao final subscreve, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão proferida no Pregão Eletrônico nº. 29/2019 da UNILAB que inabilitou a recorrente do certame, com base nas razões de fato e de direito que serão a seguir apresentadas.

1. DOS FATOS

Como é cediço, a UNILAB publicou, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, o edital do Pregão Eletrônico nº. 29/2019, cujo objeto é "a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação sob demanda de serviços de refeições prontas transportadas, para os refeitórios da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus da Liberdade – Redenção/CE, Campus de Auroras – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acaraú/CE, com CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

Após o fim da fase de lances e com a desclassificação da empresa que havia ficado em primeiro lugar, a recorrente foi chamada a apresentar sua proposta de preços devidamente ajustada ao lance. Em paralelo a isso, foi analisada a documentação de habilitação apresentada pela empresa antes do início do certame.

No entanto, após análise da documentação apresentada, a recorrente foi considerada inabilitada. De acordo com a justificativa lançada no sistema Comprasnet, a empresa não teria atendido ao exigido no item 9.11 do edital.

In verbis, foi a decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro:

"Recusa da proposta. Fornecedor: J R ALACRINO ROCHA MENEZES, CNPJ/CPF: 25.103.521/0001-03, pelo melhor lance de R\$ 702.650,0000. Motivo: Documentação não atendeu o exigido no item 9.11 do edital. Área demandante informa que alguns atestados não oferecem as características compatíveis com o objeto (cláusula 7 do Termo de Referência)."

Porém, com o máximo de respeito à decisão proferida pelo Pregoeiro, esta não merece prosperar. Ora, além de a documentação entregue pela J R ALACRINO estar em total conformidade com as disposições do edital, o ato ora impugnado também não deixa claro quais seriam os vícios identificados na documentação de habilitação da empresa.

Assim sendo, conforme será a seguir demonstrado, a referida decisão deve ser reformada, habilitando a J R ALACRINO no presente certame e dando regular prosseguimento à licitação com a participação desta. Senão, vejamos.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**2.1. DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA RECORRENTE. DA IMPOSSIBILIDADE DE SE EXIGIR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO DO CERTAME.**

Nobre Pregoeiro, com a máxima vênua à decisão que foi proferida, entendemos que esta deve ser modificada, na medida que os documentos apresentados pela J R ALACRINO no presente procedimento licitatório demonstram, de forma clara e inequívoca, que a empresa possui plena qualificação técnica para a execução do objeto licitado.

Com efeito, vejamos o que prevê o item 9.11 do edital, o qual teria sido supostamente descumprido pela empresa recorrente:

"9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutrição - CRN), da unidade federativa da empresa participante, em plena validade;

9.11.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.4.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 01 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.6.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.4.1.2 que atendeu pelo menos quantidade de 50% (cinquenta por cento) do total geral das refeições anuais;

9.11.4.1.3. devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Nutrição da jurisdição onde foram executadas as atividades, na forma estabelecida na Resolução nº 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição.

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3. Declaração de que instalará escritório em 1 (um) destes municípios: Redenção, Acaraú, município da Região Metropolitana de Fortaleza, ou em município localizado no raio máximo de até 60 km dos locais de execução do serviço, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo VI deste Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

9.11.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

9.11.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.11.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.11.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.11.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.11.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.11.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.11.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.11.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador."

Dessa forma, comparando-se as exigências editalícias com a documentação apresentada pela J R ALACRINO neste processo licitatório, não é possível vislumbrar o desatendimento a quaisquer dos itens acima transcritos. Pelo contrário, percebe-se de forma clara que os documentos de qualificação técnica da empresa, sobretudo os atestados de capacidade técnica, não deixam dúvidas de que a empresa está apta para executar o objeto da contratação.

Da motivação lançada no Sistema Comprasnet, extrai-se que a empresa foi inabilitada por ter apresentado alguns atestados de capacidade técnica que, segundo o entendimento da área demandante, não estariam compatíveis com o objeto da licitação. Contudo, não é isso o que se verifica dos documentos acostados pela recorrente.

Afinal, todos os atestados de capacidade técnica apresentados pela J R ALACRINO demonstram que a empresa executa ou executou o serviço de alimentação pronta transportada, tal como consta no objeto da presente licitação. É o que facilmente se consegue extrair da análise dos atestados apresentados, bem como dos contratos administrativos que foram juntados.

Da mesma forma, percebe-se que os atestados de capacidade técnica da J R ALACRINO também demonstram a plena compatibilidade com o objeto do certame no que diz respeito aos quantitativos indicados. Ora, de acordo com o edital (item 9.11.4.1.2), a empresa deve demonstrar que atendeu a pelo menos 50% (cinquenta por cento) das refeições anualmente previstas no edital no período de um ano.

Neste diapasão, uma vez que o edital prevê 700.482 (setecentas mil, quatrocentas e oitenta e duas) refeições no período de 1 (um) ano, tem-se que os atestados deverão comprovar, no mínimo, 350.241 (trezentas e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e uma) refeições no mesmo período. E, da análise dos documentos que foram apresentados pela J R ALACRINO, vê-se que esse quantitativo foi atendido, sendo em muito superado.

Veja, Sr. Pregoeiro, que a empresa trouxe ao processo atestados que comprovam a experiência de dezembro de 2017 até outubro de 2019, o que corresponde a um período de 22 (vinte e dois) meses. Somando-se os quantitativos e períodos de todos os atestados de capacidade técnica (procedimento permitido pelo item 9.11.4.1.1), vê-se que a empresa comprovou que, ao longo de tal período, forneceu 1.603.630 (um milhão, seiscentas e três mil, seiscentas e trinta) refeições.

Esse número, destaque-se, corresponde ao fornecimento de 347.000 (trezentas e quarenta e sete mil) refeições para o contrato firmado com o IFCE Campus Acaraú; 51.630 (cinquenta e uma mil, seiscentas e trinta) refeições no bojo do contrato com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará; 1.152.000 (um milhão, cento e cinquenta e duas mil) refeições no âmbito do contrato firmado com o Fórum Clóvis Beviláqua; 25.000 (vinte e cinco mil) de marmitas no contrato com a Polícia Militar do Estado do Ceará; e 28.000 (vinte e oito mil) almoços no contrato firmado com o IFCE Campus Tabuleiro.

Ou seja, comprova-se que a empresa vem fornecendo uma média de 72.892 (setenta e duas mil, oitocentas e noventa e duas) refeições em cada um dos 22 meses em que se comprova a execução dos serviços que compõem o objeto do certame, o que significa uma média de 874.707 (oitocentas e setenta e quatro mil, setecentas e sete) refeições em um ano.

Destaque-se que, somente para o período compreendido entre maio de 2018 e maio de 2019, a J R ALACRINO comprova ter fornecido 1.039.527 (um milhão, trinta e nove mil, quinhentas e vinte e sete) refeições no período de um ano (12 meses ininterruptos), entregando uma média mensal de 86.627 (oitenta e seis mil, seiscentas e vinte e sete) refeições.

Com efeito, percebe-se que a empresa comprova o fornecimento de um elevado número de refeições, superando, em muito, o quantitativo total estimado pelo edital para um período de 12 (doze) meses, o que excede bastante o mínimo exigido pelo item 9.11.4.1.2 do edital (50% do quantitativo estimado). Assim sendo, vê-se que o motivo elencado para inabilitar a J R ALACRINO do presente certame não se sustenta, na medida em que os atestados juntados apresentam informações que divergem da decisão proferida pelo Preclaro Pregoeiro.

É importante destacarmos que, uma vez que a decisão lançada no sistema se limita a informar que "alguns atestados" da empresa estariam viciados, sem indicar de forma específica qual(is) seria(m) esse(s) atestado(s), não há como se rechaçar individualmente o suposto vício que macularia parte dos documentos juntados.

De mais a mais, analisando o teor da decisão proferida pelo Douto Pregoeiro e inserida no Sistema Comprasnet, parece-nos que se busca da J R ALACRINO a apresentação de documentos que contenham objeto exatamente igual ao do objeto da licitação. No entanto, como é de conhecimento público, este procedimento é manifestamente indevido.

Como se pode perceber do instrumento convocatório, exige-se das empresas a apresentação de documentos que comprovem que a empresa e seu responsável técnico prestaram serviços pelo menos pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação ora em discussão.

Imprescindível destacarmos que este comando do edital reproduz com bastante proximidade as disposições da Lei nº. 8.666/93 em seu art. 30, inciso II:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
[...]"

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"

Neste sentido, não há que se falar em inabilitar a empresa por, supostamente, não ter apresentado documentação que comprovasse a execução de serviços tais quais contidos no objeto do edital. Ora, como se pode ver, a empresa apresenta documentos que comprovam ter prestado serviços pertinentes e compatíveis, com graus de complexidade igual ou superior, aos que são exigidos pelo instrumento convocatório. Portanto, não poderia ter sido declarada inabilitada do presente procedimento licitatório.

Ora, a Lei das Licitações e o edital definem que, para a qualificação técnica das empresas licitantes, basta a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem o desempenho de atividades "pertinentes e compatíveis" com o objeto da licitação. O mestre Aurélio Buarque de Holanda em sua obra "Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa" (Editora Nova Fronteira, 1a ed., 3a impressão, p. 164 e 501), define pertinente e compatível da seguinte forma:

"compatível - conciliável, harmonizável"
"pertinente - relativo, referente, concernente, respeitante"

Do exposto, constata-se que os vocábulos "pertinente" e "compatível" significam respectivamente: relativo, referente, concernente, conciliável, harmonizável, ipso facto, a legislação exige apenas que os atestados sejam referentes a atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do certame, ao contrário do entendimento adotado para inabilitar a J R ALACRINO, o qual tergiversa que estes sejam exatamente iguais ao serviço a ser contratado, o que é inaceitável, sob pena de eivar o certame de ilegalidade.

Nos exatos termos da Lei nº 8.666/93, o que se pretende é a comprovação da qualificação técnica através da comprovação de prestação de serviços anteriores ou atuais similares ao objeto licitado, E NÃO IDENTICOS. Assim, a licitante tão somente deveria comprovar sua experiência na prestação de serviços compatíveis com o que é licitado, referente ao fornecimento de refeições.

Neste sentido e a lição do douto Carlos Ari Sundfeld:

"A capacitação técnico-operacional será verificada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas e devidamente registrados na entidade profissional competente (art. 30, § 1º). NÃO SE EXIGE QUE TAIS ATESTADOS SE REFIRAM A OBJETO IDENTICO. BASTA AS OBRAS OU SERVIÇOS SEREM SIMILARES [...]"
(SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros Editores, pag. 126)

Imperioso no azo, trazer, outrossim, à colação a lição do douto Jessé Torres Pereira Júnior, que corrobora com as razões aqui expostas, senão vejamos:

"Comprova-se a aptidão do habilitante comparando-se o objeto da licitação com as atividades por ele anteriormente exercidas, quanto a características, quantidades e prazos. HAVENDO COMPATIBILIDADE - SINÔNIMO, AI, DE AFINIDADE - ENTRE AS ATIVIDADES E O OBJETO, ESTARA ATENDIDA PARTE SUBSTANCIAL DA PROVA DE APTIDÃO, que se completará com a indicação das instalações e do aparelhamento necessário à execução do objeto, bem como da qualificação do pessoal técnico."
(PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, p. 195)

Neste sentido, data maxima venia, a decisão que inabilitou a J R ALACRINO do presente certame é frontalmente contra o Princípio da Legalidade, posto que deixa de observar a disposição contida no art. 30, II da Lei nº. 8.666/93. Ora, se a legislação exige que sejam apresentados atestados meramente compatíveis com o objeto licitado, não há como inabilitar a empresa por não ter apresentado atestados idênticos.

Tal princípio, é bom se frisar, deve ser respeitado por força do que dispõe a Lei nº. 8.666/93 e a Constituição Federal. Senão, vejamos:

Lei nº. 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Constituição Federal:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

Destaque-se que, para a Administração Pública, o princípio da legalidade não é a mera observância à legislação, mas sim uma verdadeira submissão aos ditames legais. É o que ensina Odete Medauar:

"Para a Administração, o princípio da legalidade traduzia-se em submissão à lei. No conjunto dos poderes do Estado traduzia a relação entre poder legislativo e poder executivo, com a supremacia do primeiro; no âmbito das atuações exprimia a relação entre lei e ato administrativo, com a supremacia da primeira"
(MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992; grifamos)

Assim, no presente caso, deve a Administração cumprir com o que é disposto expressamente na legislação vigente (especialmente, na Lei nº. 8.666/93), conforme sobejamente demonstrado, posto que, fazendo em contrário, estará incorrendo em descumprimento ao que determina o princípio constitucionalmente protegido da legalidade administrativa.

Ademais, uma vez que o próprio instrumento convocatório não deixa dúvidas quanto à possibilidade de apresentação de atestados compatíveis ou similares pertinentes com o objeto licitado, a decisão administrativa ora proferida vai de encontro ainda ao que está insculpido no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, o qual preconiza que deve ser observada a vinculação dos atos administrativos realizados no certame às determinações do instrumento convocatório, senão vejamos:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Sobre o postulado da vinculação é imprescindível citar o magistério do Ilustre Marçal Justen Filho. Veja-se:

"o ato convocatório possui características especiais e anômalas Enquanto ato administrativo, não se sujeita integralmente ao princípio da temporalidade (o ato posterior revoga o anterior). A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrador e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança os atos a serem praticados e as regras que os regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante."
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2008, pág. 54)

Convém ainda trazer à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

"ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. REMESSA 'EX OFFICIO'. CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA – LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA – SEM OBSERVÂNCIA DOS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS, RELEVADAS NO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO, PORQUANTO A PROPOSTA ERA A DE 'MENOR PREÇO'.

VINCULAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA AO EDITAL. SENTENÇA MANTIDA. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. A Administração não poderia, como o fez, afastar as exigências contidas no ato convocatório da licitação, porque, conforme mencionado, o edital vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas, mesmo considerando que a proposta da listiconsorte passiva necessária era de 'menor preço'.

2. Manutenção da r. sentença. Remessa Necessária Improvida."

(TRF-2, REOMS n.º 57.297/ES, Rel. Juiz Rogerio Carvalho, Segunda Turma, julgado em 13/04/2005)

Do exposto, conclui-se que não há como se admitir que tenha havido a declaração da empresa recorrente como inabilitada, pois apresentou sua documentação em total acordo ao o que é estabelecido no ato convocatório, devendo, portanto, ser modificada a decisão administrativa em questão.

Com efeito, tendo em vista que a licitante obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital, a decisão administrativa trazida à baila fere, ainda, o princípio do julgamento objetivo, malferindo, além do art. 3º, caput, os seguintes dispositivos da Lei n.º 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

[...]

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

[...]

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

Veja-se o ensinamento do ilustre Jessé Torres Pereira Júnior:

"Quanto aos princípios nomeados na Lei n. 8.666/93, consigne-se, por ora, que:

[...]

[e] o do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos dos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; o art. 45 ilustra a propósito do princípio ao estatuir que 'O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle'."

(PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 62)

A Administração não pode criar critério de julgamento não inserido no instrumento convocatório ou deixar de seguir os que já estão ali definidos, pois estaria malferindo o princípio do julgamento objetivo, vez que o "edital não pode transferir para a Comissão a definição dos critérios de julgamentos; estes devem estar previamente explicitados no edital, sob pena de entregar-se à subjetividade da Comissão o julgamento das propostas" (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 539).

Estipulados os critérios e exigências a serem obedecidos pelos licitantes, a Administração Pública deve-lhes estrita observância, não sendo cabível evadir-se das regras que ela própria determinou e às quais aderiram os licitantes.

Toda a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é nesse sentido, de que a Administração não pode desconsiderar o que foi estabelecido no edital no momento de julgamento das propostas, em virtude do princípio da vinculação, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ACÓRDÃO QUE AFIRMA O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA PELO CANDIDATO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou anti-isonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos.

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

3. Na hipótese, o Tribunal reconheceu que o edital não exigia a autenticação on line dos documentos da empresa. Rever essa afirmação, seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que não é possível no recurso especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial não conhecido."

(REsp 1384138/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)

"ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO DE CANDIDATA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E À POSSE NO CARGO. SITUAÇÃO PECULIAR. PREVISÃO EDITALÍCIA DE POSSIBILIDADE DE PROVIMENTO INFERIOR AO NÚMERO DE VAGAS.

1. O candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas tem direito líquido e certo à nomeação. Precedentes.

2. No presente caso, o edital condiciona as nomeações à necessidade do serviço, disponibilidade financeira e orçamentária e existência de cargos vagos, não vinculando a Administração à nomeação de número determinado de candidatos.

3. Dessa forma, deve prevalecer o estabelecido no instrumento convocatório, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da discricionariedade da Administração Pública.

4. Recurso ordinário não provido."

(RMS 37.249/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013)

Neste diapasão, cumpre que seja dado provimento ao presente pleito, a fim de que seja a J R ALACRINO ROCHA MENEZES declarada habilitada no Pregão Eletrônico nº. 29/2019 da UNILAB, em razão de a empresa ter cumprido à risca o instrumento convocatório e apresentado atestados de capacidade técnica que demonstram de forma clara que a empresa executou obras em características compatíveis e similaridade pertinente com o objeto da presente contratação.

3. DO PEDIDO

Diante de tudo o que restou acima exposto, a recorrente roga a V. Sa. que sejam acatados os argumentos ora soerguidos, de forma a habilitar a empresa J R ALACRINO ROCHA MENEZES no Pregão Eletrônico nº. 29/2019 da UNILAB, em razão da inocorrência de irregularidades na documentação de habilitação apresentada pela empresa, dando-se regular prosseguimento ao procedimento licitatório com a devida participação da empresa recorrente.

Nestes termos,
Pede deferimento.

J R ALACRINO ROCHA MENEZES
CNPJ 25.103.521/0001-03
JOSÉ RODRIGO ALACRINO ROCHA MENEZES
REPRESENTANTE LEGAL

Fechar